

REGULATORY UPDATE

Maio 2019



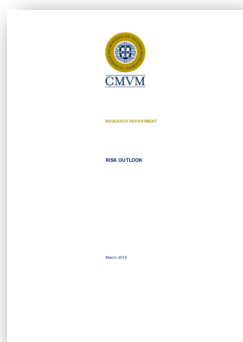
A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o **REGULATORY UPDATE** com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O **REGULATORY UPDATE** contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

RISK

No desenvolvimento da sua atividade económica, as empresas estão confrontadas com um número crescente de desafios, progressivamente mais complexos e interligados, incluindo tensões geo-políticas e geo-económicas, bem como aspectos financeiros e ambientais.

Neste contexto, o Regulatory Update colige aqui alguns dos documentos mais úteis e interessantes, sobre esta matéria, publicados no passado recente:



CMVM
[Risk Outlook 2019](#)



World Economic Forum
[The Global Risks Report 2019](#)



ESMA
[Report on Trends, Risks and Vulnerabilities](#)

ESMA - Risk Dashboard - [DOC](#)

ESPAS - Report 2019: Global Trends to 2030 - [DOC](#)

ESRB - Risk Dashboard - [DOC](#)

IMF - Vulnerabilities in a Maturing Credit Cycle - [DOC](#)

OECD - Risks That Matter - [DOC](#)

Joint Committee - Report on Risks and Vulnerabilities in the EU Financial System - [DOC](#)

BCG - Global Risk 2019: Creating a More Digital, Resilient Bank - [DOC](#)

PwC - Risk trends 2019 - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 36/2019, de 29 de Maio

Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980 - [DOC](#)

Lei n.º 32/2019, de 3 de Maio

Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164, do Conselho, de 16 de julho - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de Maio

Estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 61/2019, de 14 de Maio

Altera o regime de funcionamento do Conselho Económico e Social - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 60/2019, de 13 de Maio

Determina a aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 56/2019, de 26 de Abril

Reforça os poderes e os incentivos aplicáveis à cobrança de dívida à segurança social - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 52/2019, de 17 de Abril

Altera o Estatuto do Administrador Judicial e o regime da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2019, de 3 de Maio

Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento e dos aditamentos a contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades comerciais - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 57/2019, de 26 de Abril

Recomenda ao Governo a identificação automática dos potenciais beneficiários dos serviços mínimos bancários pelas instituições financeiras - [DOC](#)

Portaria n.º 144/2019, de 15 de Maio

Portaria que regulamenta os termos e condições para o exercício da opção prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica - [DOC](#)

Portaria n.º 126/2019, de 2 de Maio

Procede à alteração da Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro, que define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à Autoridade Tributária e Aduaneira a comunicação dos inventários - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 12/2019, de 18 de Abril

Regime de reembolso do IRC: Despacho Normativo que procede à alteração do Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho - [DOC](#)

Despacho n.º 4573/2019, de 6 de Maio

Cria o Grupo de Trabalho para a Cibersegurança (GTCS) - [DOC](#)

Despacho n.º 4510/2019, de 3 de Maio

Determina que a declaração inicial do beneficiário efetivo das entidades sujeitas a registo comercial que já se encontravam constituídas em 1 de outubro de 2018 pode ser efetuada, sem quaisquer penalidades, até ao dia 30 de junho de 2019 - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Projeto de texto de substituição da Proposta de Lei 120/XIII, 16 de Maio

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, do Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - [DOC](#)

Proposta de Lei 201/XIII, 2 de Maio

Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852 - [DOC](#)

Proposta de Lei 197/XIII, 17 de Abril

Assegura a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 2130/XIII (PSD), 18 de Abril

Por uma alternativa de crescimento forte e sustentável - [DOC](#)

Projeto de Resolução 2129/XIII (PSD), 18 de Abril

Rejeita a estratégia económica e orçamental prevista no Programa de Estabilidade 2019-2023 - [DOC](#)

Projeto de Resolução 2119/XIII (PEV), 16 de Abril

Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária - [DOC](#)

Projeto de Resolução 2117/XIII (BE), 16 de Abril

Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de Maio - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço (ENSC) 2019-2023.

ponto 3. Foi aprovada a resolução que estabelece o funcionamento e organização da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, cuja missão é acompanhar e avaliar a adequabilidade dos recursos financeiros de cada área de competências.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 9 de Maio - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje novo regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais.



Comunicado do Conselho de Ministros, de 2 de Maio - [DOC](#)

ponto 3. Foi aprovada uma proposta de lei que procede à transposição da Diretiva (UE) 2017/1852, do Conselho, de 10 de outubro de 2017, relativa aos mecanismos de resolução de litígios em matéria fiscal na União Europeia. Esta iniciativa legislativa dirige-se, em particular, às empresas que exercem atividades transfronteiriças e que enfrentam obstáculos relacionados com a dupla tributação dos rendimentos obtidos em diferentes países.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Entrevista de João de Sousa Gião, administrador da CMVM, ao Jornal de Negócios: “Um supervisor único pode não ser eficiente” - [DOC](#)

Aviso da ESMA sobre decisão de **renovar restrições à comercialização, distribuição e venda de CFDs** por mais três meses a partir de 1 de maio - [DOC](#)

Indeferimento dos pedidos de registo das ofertas públicas de aquisição anunciadas preliminarmente pela China Three Gorges (Europe) S.A. sobre a EDP – Energias de Portugal, S.A. e a EDP Renováveis, S.A. - [DOC](#)

Perguntas e respostas sobre **financiamento colaborativo e criptoativos** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Abril - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Abril - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Abril - [DOC](#)

Indicadores mensais de **receção de ordens** - Abril - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Carta Circular n.º CC/2019/00000047 - Informa sobre o enquadramento e operacionalização do serviço de difusão pelo sistema bancário de informação relativa a documentos de identificação pessoal, através de uma solução eletrónica disponibilizada para o efeito no Portal do Cliente Bancário. Revoga a Carta Circular nº 03/2015/DET, de 08-04-2015 - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2018/00000060 - Transmite o entendimento do Banco de Portugal sobre a interpretação e aplicação dos regimes prudenciais constantes dos artigos 114.º, 115.º e 116.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativamente aos requisitos de fundos próprios para risco de crédito - [DOC](#)

Aviso n.º 2/2019 - Fixa, para efeitos da alínea b) do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e do n.º 1 do artigo 1.º e do n.º



1 do artigo 2.º do Regulamento Delegado (UE) 2018/171 da Comissão, de 19 de outubro de 2017, que complementa o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação relativas ao limiar para determinar o caráter significativo das obrigações de crédito vencidas, os limiares quanto ao caráter significativo das posições em risco sobre a carteira de retalho e das posições em risco que não sejam posições em risco sobre a carteira de retalho - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório do Conselho de Administração - **Atividade e Contas do Banco de Portugal – 2018** - [DOC](#)

Relatório da **implementação da política monetária – 2018**- [DOC](#)

Relatório da **Emissão Monetária – 2018** - [DOC](#)

Relatório dos **Sistemas de Pagamentos – 2018** - [DOC](#)

Relatório Extraordinário - Informação relevante relativa às **instituições de crédito que tenham sido objeto ou resultado de medida de resolução, nacionalização, liquidação ou de operações de apoio à capitalização** com recurso direto ou indireto a fundos públicos nos 12 anos anteriores à publicação da lei n.º 15/2019, de 12 de fevereiro – Maio 2019 - [DOC](#)

Análise do setor das atividades de **informação e comunicação – 2017** - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 5/2019 - Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2019: 2º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 5/2019 - Maio - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 4/2019 - Abril - [DOC](#)

Boletim Económico - Maio - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Maio - [DOC](#)

Newsletter n.º 15 - Maio - [DOC](#)

Driven by data: Papers presented at national and international conferences - 2018 - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Declaração do Governador do Banco de Portugal na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa no âmbito da audição realizada em 2 de maio de 2019 - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência organizada pelo Conselho Económico e Social (CES): **"A Qualidade da Gestão"** - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, no 1.º Diálogo sobre **planeamento da resolução de Instituições Menos Significativas** - [DOC](#)

Intervenção do Administrador Hélder Rosalino no encerramento da **Conferência "Portugal: From here to where?"** - [DOC](#)

Intervenção do Administrador Hélder Rosalino na sessão de abertura da **Reunião Interbancária para os Sistemas de Pagamentos** - [DOC](#)

Artigo de opinião do Administrador Hélder Rosalino no Jornal de Negócios: **"As transferências imediatas - oportunidade (ou ameaça) para o sistema financeiro"** - [DOC](#)



Apresentação do Diretor do Departamento de Gestão de Risco, Gabriel Andrade, na Conferência "BEYOND 3.0 Portugal Digital Transformation": "Emerging Risks – a Central Bank view" - [DOC](#)

Banco de Portugal analisou com o sistema financeiro os **principais desafios associados à implementação da DSP2** - [DOC](#)

Banco de Portugal realizou um Diálogo com a Indústria sobre o planeamento da **resolução de instituições classificadas como menos significativas** - [DOC](#)

Banco de Portugal e FinTechs debatem as **oportunidades do open banking e o sucesso do Portugal FinLab** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório Extraordinário relativo a instituições de crédito que recorreram a fundos públicos** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **início do procedimento de alteração do Aviso n.º 11/2014 e da Instrução n.º 5/2017** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Março - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Março - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Março - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Março - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Março - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Março - [DOC](#)

Fundos de Investimento: Março - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Março - [DOC](#)

Emissões de títulos: Março - [DOC](#)

Dívida pública: Março - [DOC](#)

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

Alargamento do prazo para apresentação da declaração inicial do beneficiário efetivo - [DOC](#)

[Vídeo] **Workshop** O Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo - [DOC](#)

[Vídeo] **Beneficiário Efetivo** - [DOC](#)

Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo - **Newsletter** - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Código do IVA - Redação actualizada pelo Decreto-Lei n.º 60/2019, de 13 de Maio de 2019 - [DOC](#)



Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - Prorrogação do prazo da entrega da declaração Modelo 22 até 30 de junho de 2019 - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018001666 - Transformação de uma sociedade por quotas numa sociedade de investimento imobiliário – SIIMO; Caducidade da isenção de prédios para revenda - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018/004093 - Aplicações relevantes no RFAI e na DLRR - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20211/2019 - Obrigatoriedade de declarar contas de depósito ou de títulos em instituições financeiras não residentes - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 159/2019, de 14 de Maio

Não julga inconstitucional a interpretação do artigo 629.º, n.º 2, alínea d), conjugada com o n.º 1 do artigo 671.º, ambos do Código de Processo Civil, conducente ao sentido de que o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, e do qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, não é admissível quando não se verifiquem os requisitos do artigo 671.º, n.º 1, do Código de Processo Civil - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de Abril

I. O direito de indemnização pressupõe a verificação dos pressupostos da responsabilidade civil que são: o facto, a ilicitude, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano.

II. Na responsabilidade do intermediário financeiro presume-se a culpa quando o dano seja originado pela violação de deveres de informação.

III. O dano é a supressão ou diminuição de uma situação favorável, reconhecida ou protegida pelo Direito.

IV. A obrigação, enquanto bem mobiliário, consiste num documento representativo de um direito de crédito que confere, ao seu titular, a faculdade de exigir a restituição da quantia monetária titulada, na data do vencimento do empréstimo.

V. A transmissão da obrigação implica a transferência do direito de crédito, mediante o instituto da cessão, ficando o cessionário com todas as faculdades que lhe são inerentes, desde logo, a exigência do reembolso do capital investido.

VI. Não existe incumprimento definitivo do devedor, mas simples mora, quando, após a data de vencimento do título, continuam a ser pagos os juros remuneratórios acordados.

VII. Com a cessão do crédito, opera imediatamente a transferência do direito à prestação do cedente para o cessionário, pelo que aquele deixa de ter direito de restituição do reembolso, não sofrendo o correspondente dano. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de Março

I. É dever do intermediário financeiro prestar, quanto aos valores mobiliários que disponibiliza para subscrição junto de clientes, informação completa, verdadeira e objetiva sobre o produto e seus riscos, assim como é seu dever pautar-se de acordo com o vetor da boa-fé, nomeadamente em termos de lealdade.

II. Não cumpre esses deveres o intermediário financeiro, Banco, que faz crer ao cliente que o produto financeiro que propunha para subscrição tinha a garantia do próprio Banco, que tinha a mesma garantia de um depósito a prazo e que o Banco garantia o capital investido, quando afinal do que se tratava era de obrigações subordinadas emitidas por terceira entidade, que era a devedora do reembolso do capital e do pagamento dos juros, embora fosse a titular da totalidade do capital social do Banco.

III. Mostrando-se que se o intermediário financeiro tivesse informado o cliente de forma completa, verdadeira e leal este nunca aceitaria subscrever o produto financeiro em causa, e mostrando-se que o reembolso não foi feito na data da respetiva maturidade nem depois, é o intermediário financeiro responsável pelo prejuízo sofrido pelo investidor.

IV. Esse prejuízo corresponde ao montante investido, acrescido de juros de mora.

V. A circunstância de ter sido dito ao cliente que o produto proposto tinha a garantia do próprio Banco ou que tinha a mesma garantia de um depósito a prazo ou ainda que o Banco garantia o capital investido, tudo isto apenas significa, dentro da economia da demais factualidade conhecida, que o Banco prestou informações que não eram exatas ou verdadeiras, e é daqui que deve nascer a sua responsabilização.

VI. A assunção de dívida alheia, seja no figurino da assunção liberatória, seja no figurino da assunção cumulativa ou co-assunção de dívida, só vale como tal se houver aceitação do credor.

VII. Deste modo, mostrando-se que o investidor não representou que estava a adquirir obrigações emitidas por terceiro e que existia um devedor primitivo (a entidade emitente), não faz sentido falar-se numa co-assunção da dívida por parte do Banco, e muito menos numa transmissão da dívida para este. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de Janeiro

I. O trabalhador deve receber na retribuição durante as férias, quando esta integra comissões, um valor de comissões correspondente à média de um período de referência.

II. A retribuição durante as férias – e o mesmo se diga das comissões que a integrem – não se confunde, com a retribuição paga durante o período em que o trabalho está a ser prestado.

III. Os juros de mora de créditos emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, são eles próprios créditos abrangidos pela norma especial do artigo 337.º, n.º 1 do Código do Trabalho.



IV. Para determinar se existe omissão de pronúncia há que interpretar a sentença na sua totalidade, articulando fundamentação e decisão. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de Janeiro

I. O facto de uma das sociedades autoras, integrada no grupo societário da outra autora, e uma das sociedades rés, integrada igualmente no grupo societário da outra ré, não terem tido intervenção no acordo-quadro invocado pelas autoras para fundamentar os seus pedidos de condenação das rés – acordo-quadro esse do qual consta uma cláusula arbitral, não impede que tal cláusula arbitral seja extensível também a tais sociedades – por via da aceitação tácita, à luz das disposições conjugadas dos arts. 406.º, n.º 2 e 217.º, n.º 1, do CC. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de Abril

I. A mera informação recolhida pelo executado na sua área pessoal do Portal das Finanças relativamente a uma execução fiscal que pende contra ela não constitui uma decisão do órgão da execução fiscal, nem sequer um acto praticado nesse processo susceptível de lesar qualquer interesse legítimo ou direito do executado, motivo por que não pode ser objecto de reclamação deduzida ao abrigo do art. 276.º e segs. do CPPT.

II. Através do expediente referido em I, não pode o executado reabrir o prazo para discutir judicialmente decisões do órgão da execução fiscal que se consolidaram na ordem jurídica por falta de oportuna impugnação judicial. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de Maio de 2018

I. De acordo com o disposto no n.º 7 do art. 129.º do CIRC (actual 139º), o procedimento de prova do preço efectivamente praticado nas transmissões de direitos reais sobre imóveis constitui condição de impugnabilidade da liquidação que resultar das correcções efectuadas ao abrigo do art. 58º-A do CIRC, hoje 64º (ou, se não houver lugar a liquidação, condição da impugnação das correcções ao lucro tributável).

II. No entanto, de acordo com o princípio da impugnação unitária, no âmbito da impugnação judicial subsequente, o sujeito passivo poderá invocar qualquer ilegalidade ou erro praticado na liquidação ou no procedimento destinado à prova do preço efectivo, bem como recorrer a qualquer meio de prova que se revele adequado no caso concreto para a demonstração do preço efectivamente praticado. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 11 de Abril

I. Antes da revogação da alínea d) do n.º 5 do art.º 10º do CIRS operada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro, o sujeito passivo que reinvestiu montante diverso do declarado como intenção de reinvestimento, está obrigado a entregar declaração de substituição, com os valores efetivamente reinvestidos, dentro do prazo normal que ocorra após o termo do período de 24 meses a que se refere a alínea a) do n.º 5.

II. A aquisição total ou parcial com recurso a crédito bancário não constitui reinvestimento, na parte mutuada. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de Março

I. No contrato de know-how transfere-se tecnologia, enquanto no contrato de engineering aplica-se tecnologia. O contrato de assistência técnica distingue-se do contrato de prestação de serviços técnicos (engineering), pois enquanto neste último as partes querem a própria execução de um determinado serviço, no primeiro, as partes querem uma informação tecnológica através de um serviço complementar ou acessório relativamente ao objecto principal do contrato, que é a transmissão de uma informação tecnológica.

II. Estando em causa contrato por meio do qual a sociedade não residente presta serviços de apoio à recorrida, no âmbito do controlo de gestão, de qualidade e contabilidade na preparação dos concursos públicos de empreitadas de obras públicas e na execução das mesmas por parte da recorrida, trata-se de uma prestação de serviços cujos rendimentos não são tributáveis em Portugal.

III. Estando em causa contrato por meio do qual a sociedade não residente assegura a disponibilização de uma plataforma informática com vista à troca de informações e de experiências entre os elementos das empresas do grupo, não se vê como integrar a prestação de serviços em exame no âmbito do regime das “royalties”, dado que não é assegurado pela entidade beneficiária do rendimento qualquer transferência de conhecimentos associados a um direito exclusivo, pelo que os rendimentos pagos ao abrigo de tal contrato não são tributáveis em Portugal. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 15 de Novembro de 2018

I. O procedimento de inspeção inicia-se com a assinatura pelo Sujeito Passivo, obrigado tributário ou seu representante, da notificação da respetiva ordem de serviço (Art.º 51º/2 do RCPITA).

II. E deve ser concluído no prazo de seis meses, salvo as prorrogações legais.

III. Este prazo é de natureza meramente ordenadora, indicativa ou disciplinadora.



IV. O decurso do prazo não implica, por si só, qualquer efeito invalidante sobre os actos de liquidação decorrentes das conclusões do procedimento de inspeção tributária. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11 de Abril

I. A cláusula contratual geral que pretende transferir para o cliente toda a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da utilização indevida de serviço de homebanking por parte de terceiros, independentemente de tal utilização resultar do comportamento do cliente, altera as regras de distribuição do risco previstas na lei, sendo uma cláusula geral nula, nos termos dos arts 12º, 20º, 21º al. f) e 24º do DL 446/85, por absolutamente proibida, quando inserida no âmbito de relações Banco/Consumidor final.

II. O legislador faz recair sobre o banco a prova de que as operações de pagamento não foram efectuadas por avarias técnicas ou quaisquer outras deficiências, não bastando, para o efeito, socorrer-se do registo da operação de molde a demonstrar que ela foi autorizada pelo ordenante, tendo ainda de demonstrar que o cliente agiu de forma fraudulenta, ou não cumpriu deliberadamente ou por negligência grave algumas das suas obrigações previstas no artº 67º do DL 242/2012.

III. O prestador de serviços é quem está em melhores condições, do que qualquer outro (incluindo o consumidor), para trazer a factualidade demonstrativa do modo como as coisas se passaram. Isto porque o funcionamento do “sistema informático” homebanking pertencente à sua esfera de risco, funcionando como critério suplementar de distribuição do ónus da prova, de acordo com a denominada teoria das esferas de risco.

IV. Não havendo um especial juízo de censura que recaia sobre o cliente do banco, é a instituição bancária que deve suportar os prejuízos resultantes da intromissão de um terceiro no sistema de pagamentos que criou. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10 de Abril

I. Comete a contra-ordenação prevista na alínea q) do nº 1 do artigo 211º do RGICSF, consubstanciada na ocultação de informações relevantes acerca de si, o arguido que, na entrega do Questionário elaborado nos termos da Instrução nº 30/2010 do Banco de Portugal, omite a sua qualidade de arguido em processo-crime, por factos suscetíveis de integrar a prática de crime de violação de segredo ou de aproveitamento indevido de segredo, crimes previstos e punidos, respectivamente, nos artigos 195º e 196º do cód. penal e ainda pela prática do crime de abuso de informação, p. e p. pelo artigo 378º do Código de Valores Mobiliários.

II. Exige-se aos responsáveis pelo destino das instituições bancárias e financeiras, o cumprimento dos seguintes requisitos: - idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade (arts. 30º, nº 3, 30º-D, 31º e 31º-A, do RGICSF).

III. O caso dos autos versa unicamente sobre o requisito da idoneidade e na avaliação desta é considerado o modo como a pessoa gere os negócios, quer os profissionais, quer os pessoais (art. 30º-D, nº 1 do RGICSF).

IV. Tal avaliação procura ser objectiva, se possível com base em informação completa (art. 30º-D, nº 2 do RGICSF), tendo em conta, as circunstâncias indicadas nos números 3 e 4 deste art. 30º-D, razão porque se impunha ao recorrente declarar a sua qualidade de arguido noutro processo e os crimes iniciados.

V. Estando em causa o factor “idoneidade” e considerando a finalidade do questionário referido, obviamente que a relevância de informar o Banco de Portugal de que fora constituído arguido num processo, era fundamental e relevante.

VI. Não faz sentido a tese vertida pelo recorrente de que, “pretendia a preservação do segredo de justiça”, (para não revelar a existência do processo), ou que houve “erro sobre a ilicitude” (quando se provou o contrário e a matéria de facto é qui insindicável) e muito menos pretender que “só deveria informar o Banco de Portugal se o processo estivesse em juízo”, pois o que relevava era a sua condição de arguido, já constituído e os crimes por que estava iniciado, por se tratar de uma informação exigível para avaliação da idoneidade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9 de Janeiro

I. O crime de manipulação de mercado previsto e punido pelo artº 379º do Cód. Valores Mobiliários, tem como elementos típicos fundamentais:

- a) Uma conduta típica, que pode consistir na divulgação de informação falsa, incompleta, exagerada ou tendenciosa, operações de natureza fictícia ou outras práticas fraudulentas;
- b) Apresentar tal conduta uma idoneidade susceptível de alterar artificialmente o regular funcionamento do mercado;
- c) E o elemento subjectivo consistente na intenção fraudulenta de manipular o mercado.

Deve existir um propósito fraudulento praticado sobre os investidores, através do controle ou actuação artificial, incidente no preço dos títulos.

II. As mais-valias de operações de instrumentos financeiros devem ser calculadas, comparando o preço de venda, com o preço médio ponderado de aquisição dos instrumentos financeiros ou, utilizando o critério FIFO [first in, first out], (critério comumente utilizado para cálculo de mais-valias em carteiras com grande rotação como por exemplo, com compras e vendas diárias), em que se considera que são alienados primeiro, os instrumentos financeiros que entraram primeiramente na carteira.



III. No caso concreto a fórmula de cálculo da mais-valia utilizada foi a seguinte: - Mais-valia bruta efectiva = Quantidade vendida x Preço de venda - Quantidade vendida x Preço médio ponderado das acções em carteira.

IV. A criminalização das situações legalmente caracterizadas como manipulação de mercado assenta, segundo os considerandos da Directiva /2003/06/CE, na necessidade de garantir a integridade dos mercados financeiros e promover a confiança dos investidores, proibindo-se as práticas que coloquem em causa essa integridade.

V. Os negócios celebrados corresponderam a transacções fictícias (wash trade), porque foram realizados sem alteração do seu beneficiário económico, ainda que entre pessoas jurídicas distintas. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 13 de Março

I. Actualmente, e após a alteração introduzida pelo DL 48/95, de 15-03, a declaração de insolvência não faz parte do tipo de crime de insolvência dolosa p. e p. no artigo 227.º do CP.

II. Deste modo, já não se exige que a actuação do devedor seja causa directa da situação de insolvência e do respectivo reconhecimento judicial, bastando, apenas, o preenchimento do tipo de ilícito com uma das actuações previstas no n.º 1 do artigo 227.º do CP, realizadas com o intuito de prejudicar os credores.

III. A declaração de insolvência constitui agora uma condição objectiva de punibilidade.

IV. A representação do administrador da insolvência circunscreve-se aos aspectos de natureza patrimonial que interessem à insolvência.

V. Nesse círculo de representação inscrevem-se as acções destinadas à indemnização de danos ou prejuízos causados à generalidade dos credores da sociedade pela diminuição do património desta. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21 de Fevereiro

I. A insolvência deve ser qualificada como culposa quando num curto espaço de tempo os trabalhadores da insolvente foram todos transferidos para outra sociedade do “grupo” que se dedica à mesma actividade e a totalidade dos bens da insolvente tiveram o mesmo destino, ainda que neste caso com emissão de uma factura de venda que não correspondeu ao recebimento pela insolvente de qualquer quantia ou preço.

II. Deve ser afectada por essa qualificação a pessoa que no momento da prática de parte desses factos era gerente da insolvente (não o era quando os outros foram praticados) e que em qualquer das alturas era gerente da sociedade para a qual foram transferidos os trabalhadores e os bens.

III. Não obsta a essa qualificação a circunstância de posteriormente, no âmbito da acção de impugnação da resolução em benefício da massa insolvente, a empresa adquirente ter acordado com a massa o pagamento de uma indemnização destinada a ressarcir a massa da perda dos bens. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Março de 2018

I. Às instituições de crédito está vedado fazer depender a celebração ou renegociação dos contratos para aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, bem como para aquisição de terrenos para construção de habitação própria, de outros produtos ou serviços financeiros, e quando sejam propostos ao consumidor outros produtos ou serviços financeiros como forma de reduzir as comissões e demais custos do empréstimo, nomeadamente o spread de taxa de juro, o direito de exigir o seu cumprimento prescreve no prazo de um ano após a sua não verificação (cfr. artigo 9.º, n.º 4, do D. Lei n.º 51/2007, de 07/03, alterado pelo D.L. n.º 192/2009, de 17/08).

II. Porém o referido prazo de prescrição já não se aplica se, por exemplo, em determinada cláusula contratual como forma de reduzir o spread se impôs a verificação de três, de seis condições aí enumeradas, entre as quais a subscrição de um contrato de seguro de vida se essa obrigação também emergia de cláusula contratual acordada, em que os mutuários podiam celebrar o referido contrato de seguro com diferente companhia não associada ou mesmo pertencente à entidade financeira mutuante. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Council Decision (EU) 2019/654 of 15 April 2019 amending Protocol N° 5 on the Statute of the European Investment Bank - April 25 - [DOC](#)

Commission Decision (EU) 2019/700 of 19 December 2018 on the State Aid SA.34914 (2013/C) implemented by the United Kingdom as regards the Gibraltar Corporate Income Tax Regime - May 7 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/684 of 25 April 2019 on the recognition of the legal, supervisory and enforcement arrangements of Japan for derivatives transactions supervised by the Japan Financial Services Agency as equivalent to the valuation, dispute resolution and margin requirements of Article 11 of Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and Council on OTC derivatives, central counterparties and trade repositories - May 2 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/834 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 amending Regulation (EU) No 648/2012 as regards the clearing obligation, the suspension of the clearing obligation, the reporting requirements, the risk-mitigation techniques for OTC derivative contracts not cleared by a central counterparty, the registration and supervision of trade repositories and the requirements for trade repositories - May 28 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/887 of 13 March 2019 on the model financial regulation for public-private partnership bodies referred to in Article 71 of Regulation (EU, Euratom) 2018/1046 of the European Parliament and of the Council - May 29 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/886 of 12 February 2019 amending and correcting Delegated Regulation (EU) No 480/2014 as regards the provisions on financial instruments, simplified cost options, audit trail, scope and content of audits of operations and methodology for the selection of the sample of operations and Annex III - May 29 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/820 of 4 February 2019 supplementing Regulation (EU) No 345/2013 of the European Parliament and of the Council with regard to conflicts of interest in the area of European venture capital funds - May 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/758 of 31 January 2019 supplementing Directive (EU) 2015/849 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards for the minimum action and the type of additional measures credit and financial institutions must take to mitigate money laundering and terrorist financing risk in certain third countries - May 14 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/667 of 19 December 2018 amending Delegated Regulations (EU) 2015/2205, (EU) 2016/592 and (EU) 2016/1178 to extend the dates of deferred application of the clearing obligation for certain OTC derivative contracts - April 29 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/699 of 6 May 2019 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 31 March 2019 until 29 June 2019 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - May 7 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/790 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2019 on copyright and related rights in the Digital Single Market and amending Directives 96/9/EC and 2001/29/EC - May 17 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/789 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2019 laying down rules on the exercise of copyright and related rights applicable to certain online transmissions of broadcasting organisations and retransmissions of television and radio programmes, and amending Council Directive 93/83/EEC - May 17 - [DOC](#)



Directive (EU) 2019/771 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 on certain aspects concerning contracts for the sale of goods, amending Regulation (EU) 2017/2394 and Directive 2009/22/EC, and repealing Directive 1999/44/E - May 22 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/770 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 on certain aspects concerning contracts for the supply of digital content and digital services - May 22 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/713 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2019 on combating fraud and counterfeiting of non-cash means of payment and replacing Council Framework Decision 2001/413/JHA - May 10 - [DOC](#)

European Securities and Markets Authority Decision (EU) 2019/679 of 17 April 2019 renewing the temporary restriction on the marketing, distribution or sale of contracts for differences to retail clients - April 30 - [DOC](#)

Decision (EU) 2019/670 of the European Central Bank of 9 April 2019 amending Decision ECB/2014/8 on the prohibition of monetary financing and the remuneration of government deposits by national central banks (ECB/2019/8) - April 29 - [DOC](#)

Decision (EU) 2019/669 of the European Central Bank 4 April 2019 amending Decision ECB/2013/10 on the denominations, specifications, reproduction, exchange and withdrawal of euro banknotes (ECB/2019/9) - April 29 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/671 of the European Central Bank 9 April 2019 on domestic asset and liability management operations by the national central banks - April 29 - [DOC](#)

Decision of the Board of Governors of the European Investment Bank of 16 April 2019 on the replacement of the capital of the United Kingdom in the European Investment Bank by capital subscribed by the remaining Member States [2019/655] - April 25 - [DOC](#)

Decision (EU) of the Bureau of the European Parliament of 3 April 2019 on the implementing rules on the restriction of certain data subject rights in relation to the transfer of personal data by the European Parliament to national authorities in the context of criminal or financial investigations - May 13 - [DOC](#)

Recommendation No H2 of 10 October 2018 concerning the inclusion of authentication features to Portable Documents issued by the institution of a Member State and showing the position of a person for the purpose of the application of Regulations (EC) No 883/2004 and (EC) No 987/2009 of the European Parliament and of the Council - April 29 - [DOC](#)

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito ao **rácio de alavancagem, ao rácio de financiamento estável líquido, aos requisitos de fundos próprios e passivos elegíveis, ao risco de crédito de contraparte, ao risco de mercado, às posições em risco sobre contrapartes centrais, às posições em risco sobre organismos de investimento coletivo, aos grandes riscos e aos requisitos de prestação e divulgação de informações**, e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 - [DOC](#) - [ANEXO](#)

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/36/UE no que se refere às **entidades isentas, companhias financeiras, companhias financeiras mistas, à remuneração, às medidas e poderes de supervisão e às medidas de conservação dos fundos próprios** - [DOC](#)

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2014/59/UE no respeitante à **capacidade de absorção de perdas e de recapitalização das instituições de crédito e empresas de investimento** e que altera as Diretivas 98/26/CE, 2002/47/CE, 2012/30/UE, 2011/35/UE, 2005/56/CE, 2004/25/CE e 2007/36/CE - [DOC](#)

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 806/2014 no que diz respeito à **capacidade de absorção de perdas e de recapitalização das instituições de crédito e das empresas de investimento** - [DOC](#)



OTHER DOCUMENTS

Spring 2019 Economic Forecast: **Portugal** - [DOC](#)

Spring 2019 Economic Forecast: **Growth continues at a more moderate pace** - [DOC](#)

Statement - Digital Single Market: Commission welcomes European Parliament's vote on **new rules to improve fairness and transparency of online platforms** - [DOC](#)

Fact Sheet - Adoption of the banking package: **revised rules on capital requirements** (CRR II/CRD V) and resolution (BRRD/SRM) - [DOC](#)

Fact Sheet - **The InvestEU Programme**: Questions and Answers - [DOC](#)

Strengthening the Commission's oversight in a **modern and robust anti-fraud system** - [DOC](#)

Risk Control Survey on the **Impact of MiFID II on European Investment Research** - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Parecer do Banco Central Europeu: sobre a **revisão do regime jurídico do sistema de supervisão financeira português** - [DOC](#)

Prudential regulation, national differences and banking stability - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA publishes data for the systematic internaliser **calculations for equity, equity-like instruments and bonds** - [DOC](#)

ESMA agrees **position limits under MIFID II** - [DOC](#)

ESMA **delays the publication of the systematic internaliser regime data** for equity, equity-like instruments and bonds - [DOC](#)

ESMA makes **new bond liquidity data** available - [DOC](#)

ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

ESMA's technical advice to the European Commission on **integrating sustainability risks and factors in MiFID II** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA submits **technical advice on Sustainable Finance** to the European Commission - [DOC](#)

ESMA consults on indices and recognised exchanges under the **Capital Requirements Regulation** - [DOC](#)

ESMA consults on future reporting **guidelines under SFTR** - [DOC](#)

ESMA consults on periodic reporting **rules for trade repositories** - [DOC](#)

ESMA consults on **tiering, comparable compliance and fees under EMIR** - [DOC](#)



ESMA registers Inbonis SA as **credit rating agency** - [DOC](#)

ESMA issues five positive opinions on **national product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA issues two positive opinions on **national product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA publishes translations for **CSDR Guidelines on internalised settlement reporting** - [DOC](#)

ESMA publishes translations for guidelines on the application of the **endorsement regime for CRAs** - [DOC](#)

Notice of ESMA's **Product Intervention Renewal Decision** in relation to contracts for differences - [DOC](#)

ESMA adjusts application of the **trading obligation for shares in a no-deal Brexit** - [DOC](#)

ESMA appoints chair for its new coordination **network on sustainability** - [DOC](#)

ESMA says **market risk remains high but stable** - [DOC](#)

Working group on euro risk-free rates launches consultation on **EONIA to €STR transition** - [DOC](#)

ESMA updates publication schedule for **transparency calculations** in May and June 2019 - [DOC](#)

ESMA Updates **EMIR Q&A**, 28 May - [DOC](#)

ESMA updates its questions and answers on the **Securitisation Regulation**, 27 May - [DOC](#)

ESMA updates its opinion on **ancillary activity calculations**, 27 May - [DOC](#)

ESMA updates the **CSDR Q&As**, 23 May - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As regarding the **Benchmark Regulation**, 23 May - [DOC](#)

Keynote speech by Verena Ross at the **ICMA conference 2019** - [DOC](#)

Keynote speech by Evert van Walsum at the **Swedish Investment Fund Association** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter** - N.º 4 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA publishes its 2018 **Annual Report** - [DOC](#)

EBA launches **consultation** on technical standards on the **standardised approach for counterparty credit risk** - [DOC](#)

EBA sees significant improvement in the work of supervisory colleges in 2018 but **efforts are still needed to enhance the risk assessment reports and the joint decisions** - [DOC](#)

Finalised Basel III standards (Dec 2017) – Call for Advice - [DOC](#)

EBA publishes amended technical standards on **supervisory and resolution reporting** for EU institutions and the **corresponding DPM and XBRL taxonomy 2.9** - [DOC](#)

EBA publishes clarifications to a third set of **issues raised** by its Working Group on **APIs under PSD2** - [DOC](#)

EBA publishes Opinion on the nature of **passport notifications for agents and distributors of e-money** - [DOC](#)

EBA closes investigation into **possible breach of Union law** by the Danish and Estonian supervisory authorities - [DOC](#)

EBA adds **MCD** to its online **Interactive Single Rulebook** and QA tools - [DOC](#)



EBA advises on the **equivalence of supervisory and regulatory requirements** for Argentina - [DOC](#)

EBA updates on its work in response to the Commission's call for **advice on Basel III implementation** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs launch **consultation** on technical standards on the reporting of **intra-group transactions and risk concentration for Financial Conglomerates** - [DOC](#)

ESAs publish **amended technical standards on the mapping of ECAIs** under the capital requirements regulation - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB **risk dashboard** - [DOC](#)

Working Paper Series N° 94 /May2019 - Do information contagion and business model similarities **explain bank credit risk commonalities?** - [DOC](#)

Working Paper Series N° 93/May2019 - **Bank capital forbearance** - [DOC](#)

EUROPEAN STRATEGY AND POLICY ANALYSIS SYSTEM

ESPAS Report 2019: **Global Trends to 2030** - [DOC](#)

EUROSTAT

China-EU - **international trade in goods** statistics - [DOC](#)

China-EU **trade in goods: €185 billion deficit** in 2018 - [DOC](#)

Trade in goods by top 5 partners, European Union, 2018 - [DOC](#)

Government finance statistics — volume 1/2019 - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CEAM

Código de Governo das Sociedades do IPCG de 2018 - **Tabela de Recomendações Múltiplas** - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Relatório n.º 4/2019: **Execução Orçamental da Administração Local 2018** - [DOC](#)

Relatório n.º 3/2019: **Análise do Programa de Estabilidade 2019-2023** - [DOC](#)

Segurança Social diminui excedente orçamental em 2018 e Caixa Geral de Aposentações aumenta - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Autorização n.º 1/2019, à CMVM: Acordo Administrativo multilateral para transferência de dados de autoridades de supervisão financeira para congéneres fora do EEE - [DOC](#)

Parecer n.º 25/2019: da Comissão Nacional de Proteção e Dados, relativo aos Projetos de deliberação da ERS emitidos nos processos de inquérito n.ºs ERS/118/2018, ERS/128/2018, ERS/133/2018 e ERS/143/2018 respeitantes à prestação de cuidados de saúde por unidades de saúde a titulares de dados que não assinaram declaração de autorização de tratamento dos seus dados - [DOC](#)

Parecer n.º 24/2019: Texto das propostas de alteração do Grupo Parlamentar do PS à Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto - Lei de Organização e Funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados (Artigo 62.º-A) - [DOC](#)

Diretriz n.º 1/2019: Tratamento de dados pessoais no contexto de campanhas eleitorais e marketing político - [DOC](#)

DGO - DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

Síntese da **Execução Orçamental** - Abril - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

A **Sustentabilidade Financeira** e Social do Sistema de Pensões - [DOC](#)

ICC - PORTUGAL INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

Incoterms® 2020 - [DOC](#)

Declaração de **tributação para a Economia Digitalizada** - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Carga fiscal atingiu 35,4% do PIB - 2018 - [DOC](#)



Taxa de **variação homologa do IPC** situou-se em 0,8% - Abril - [DOC](#)

Taxa de juro sobe para 1,073%, **capital em dívida e prestação mensal** foram de 52 686 euros e 246 euros, respetivamente - Abril - [DOC](#)

A **taxa de desemprego** situou-se em 6,8% - 1.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

As **exportações e as importações aumentaram** 3,8% e 12,1%, respetivamente, em termos nominais - Março de 2019 - [DOC](#)

Boletim Mensal de Estatística - Março - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Comissão de Peritos Independente | Lesados BANIF e Lesados BES - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Relatório n.º 7/2019 - **Contas das Administrações Públicas**: janeiro a dezembro de 2018 - [DOC](#)

Relatório n.º 5/2019 - **Tributação de combustíveis**: estudo aprofundado e atualizado até final de 2018 - [DOC](#)

BANK OF ENGLAND

Is All Economics Local? - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Sixteenth progress report on **adoption of the Basel regulatory framework** - [DOC](#)

BRUEGEL

Europe in the midst of China-US strategic competition: What are the European Union's options? - [DOC](#)

What drives **national implementation of EU policy recommendations?** - [DOC](#)

DELOITTE

"Taking the long-term view" - 2019 Directors' Alert - [DOC](#)

DEUTSCHER CORPORATE GOVERNANCE KODEX

Code reforme 2019 adopted - [DOC](#)



EUROPEAN ISSUERS

European Issuers position on companies' **due diligence through the supply chain** - [DOC](#)

ESMA Q&As on **Prospectus Related Topics and the Transparency Directive** - [DOC](#)

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

Business Bulletin - [DOC](#)

FORBES

Global 2000 - The **World's Largest Public Companies 2019** - [DOC](#)

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

Cyber Incident Response and Recovery: Progress Report to the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

Consultation on revising **Standards for Investment Reporting** - [DOC](#)

Weighing the value of data – **trade-offs, transparency and competition in the digital marketplace** - [DOC](#)

The **future of financial conduct regulation** - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal: Staff **Concluding Statement** of the 2019 Article IV Mission - [DOC](#)

World Economic Outlook - **Real GDP growth** - [DOC](#)

Can Contingent Convertibles Help Private Asset Managers Fund Their **Acquisition of Non-Performing Loans from Portuguese Banks?** - [DOC](#)

Update The Monetary And Financial Policies **Transparency Code** - [DOC](#)

Globalization, Market Power, and the Natural Interest Rate - [DOC](#)

Taming Financial Development to **Reduce Crises** - [DOC](#)

Is Technology Widening the Gender Gap? **Automation and the Future of Female Employment** - [DOC](#)

The **Value Added Tax and Growth**: Design Matters - [DOC](#)

Export Diversification in Low-Income Countries and Small States: **Do Country Size and Income Level Matter?** - [DOC](#)

The **Optimal Turnover Threshold and Tax Rate for SMEs** - [DOC](#)

Financial Frictions and Stimulative Effects of Temporary Corporate Tax Cuts - [DOC](#)

CoMap: Mapping **Contagion in the Euro Area Banking Sector** - [DOC](#)



Pledged **Collateral Market's Role in Transmission** to Short-Term Market Rates - [DOC](#)

FinTech in Financial Inclusion: **Machine Learning Applications in Assessing Credit Risk** - [DOC](#)

Credit Supply and **Productivity Growth** - [DOC](#)

The **Motives to Borrow** - [DOC](#)

Women and Growth - [DOC](#)

PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES

Nature's Dangerous Decline 'Unprecedented' - **Species Extinction Rates 'Accelerating'** - [DOC](#)

NASDAQ

Global ESG Reporting Guide - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Fiscal Resilience to Natural Disasters - [DOC](#)

Economic outlook, analysis and forecasts - [DOC](#)

OECD Economic Outlook - [DOC](#)

Measuring Distance to the SDG Targets 2019 - An Assessment of Where OECD Countries Stand - [DOC](#)

International trade statistics: **trends in first quarter 2019** - [DOC](#)

GDP Growth - First quarter of 2019 - [DOC](#)

Forty-two countries adopt **new OECD Principles on Artificial Intelligence** - [DOC](#)

SMEs are driving job growth, but need higher investment in skills, **innovation and tech to boost wages and productivity** - [DOC](#)

Composite Leading Indicators - [DOC](#)

Harmonised Unemployment Rates - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO requests feedback on key considerations **for regulating crypto-asset trading platforms** - [DOC](#)

PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

Brexit: From Bad to Terminal? - [DOC](#)

Brexit: Everyone Loses, but Britain Loses the Most - [DOC](#)



PWC - PRICE WATER HOUSE COOPERS

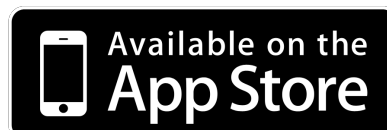
Corporations should take the **lead on sustainability** - [DOC](#)

Portugal findings: **CEOs' curbed confidence spells caution** - [DOC](#)

Women in Work Index - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO

READ

FOLLOW

LINK

LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

REGULATORY UPDATE

Maio 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa

Telefone: +351 213 170 996

Fax: +351 213 170 999

sofia.borges@slba.pt

www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.